

GOVERNO DE MINAS NÃO REPASSA ICMS E DÍVIDA COM OS MUNICÍPIOS CHEGA A R\$ 780 MILHÕES



O governo de Minas Gerais continua deixando os municípios em situação insustentável com o confisco, agora por três semanas, do repasse referente ao ICMS, chegando a um valor bruto de cerca de R\$780 milhões de reais. O repasse é um direito constitucional dos municípios, e o valor bruto inclui o Fundeb, que também vem sendo retido parcialmente desde agosto de 2017, o que agrava a crise vivida pelos prefeitos de Minas Gerais.

Os valores devem ser repassados todas as terças-feiras. O ICMS do dia 21 de novembro ainda não foi transferido, já o referente ao dia 28 de novembro foi pago parcialmente e ainda restam R\$ 8.829.701,78. A parcela que deveria ter sido depositada nesta terça-feira, 5 de dezembro, também não caiu na conta das prefeituras, e o valor devido juntamente com o Fundeb, sem contar as os juros e correções monetárias, já chega a R\$ 783.232.967,17.

Manifestação

Diante da situação vivida pelos gestores municipais do estado, a Associação Mineira de Municípios (AMM) tem tomado a frente na luta pelos direitos das prefeituras de receberem o que lhes é estipulado pela Constituição. O presidente da AMM e prefeito de Moema, Julvan Lacerda, convoca, mais uma vez, todos os prefeitos mineiros para a Mobilização dos Prefeitos de Minas Gerais na Busca dos Direitos dos Municípios, nesta quinta-feira, 7 de dezembro, às 11h da manhã, em frente à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em Belo Horizonte.

O objetivo é reunir os prefeitos, vereadores, secretários e servidores dos municípios de Minas Gerais para forçar o governo a cumprir as obrigações constitucionais de repasses, que vêm sofrendo constantes atrasos e faltas. Mesmo após cobranças e reuniões, com compromissos de amenizar a situação, os avanços foram mínimos, e hoje, o quadro real é insustentável.

“A realidade é essa. A crise enfrentada por todos, que já era grave, tornou-se gravíssima. Não é realidade a propaganda do Governo de Minas, que evidencia diálogo, equilíbrio e trabalho. Os prefeitos e prefeitas pedem socorro. A causa é justa e estamos unidos em torno dela. Queremos soluções já”, reclama Julvan Lacerda. “Todos devem estar presentes”, reforça.

A AMM ressalta ainda que a dívida do Governo Mineiro com os municípios atinge os serviços de Saúde (R\$ 2,5 bilhões) e transporte escolar (R\$ 160 milhões), entre outras demandas.